

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Graduação em Geografia**

**O impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise dos fatores  
externos**

Gabriel Eduardo da Rocha Carvalho

Profa. Dra. Angelita Matos Souza (orientadora)

Rio Claro – SP  
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

GABRIEL EDUARDO DA ROCHA CARVALHO

O impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise dos fatores  
externos

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -  
Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,  
para obtenção do grau de Licenciado em  
Geografia.

Rio Claro – SP

2023

C331i      Carvalho, Gabriel Eduardo da Rocha  
O impeachment da presidente Dilma Rousseff : uma  
análise dos fatores externos / Gabriel Eduardo da Rocha  
Carvalho. -- Rio Claro, 2023  
44 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -  
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro  
Orientadora: Angelita Matos Souza

1. Impeachment. 2. Novo imperialismo. 3. Operação  
Lava Jato. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo  
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL EDUARDO DA ROCHA CARVALHO

O impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise dos  
fatores externos

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -  
Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,  
para obtenção do grau de Licenciado em  
Geografia.

Comissão Examinadora

Angelita Matos Souza (orientadora)

Kena Azevedo Chaves

Oliver Cauã Cauê França Scarcelli

Rio Claro, 31 de outubro de 2023.

*Gabriel Rocha Carvalho*  
Assinatura do(a) aluno(a)

*Angelita M. SOUZA*  
assinatura do(a) orientador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Profa. Dra. Angelita Matos Souza, que me orientou e tornou possível o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço principalmente o apoio nos momentos de nervosismo, a paciência para com as dúvidas e o privilégio de ter te tido como minha professora. Se cheguei até aqui foi pela grande iluminação que suas aulas me causaram.

Agradeço a minha mãe, Juliana, que sempre me deu a base necessária para a conclusão da graduação e, acima disso, que me ensinou a ser um agente de mudança no mundo. Agradeço pelo apoio incondicional nas minhas escolhas, pelos conselhos nos momentos difíceis e por ter sido uma figura presente e de essencial importância para minha formação. Sem a senhora eu nada seria.

Agradeço aos meus amigos de curso, em especial Adriana Rodrigues, Júlia Angelini, Igor Aquino e Gustavo Santana, pelos inúmeros momentos compartilhados, dividindo comigo todas as alegrias e frustrações do processo formativo. Para além, agradeço particularmente ao apoio em todas as minhas decisões, a escuta atenciosa sempre que precisei e, principalmente, por me mostrarem que a vida vale a pena ser vivida. Sem vocês eu não teria forças para chegar até aqui.

Por fim, agradeço aos meus avós, Amir Rodrigues e Ivonete Rodrigues, por terem sido o maior porto-seguro que tive a honra e o prazer de ter durante minha vida. Agradeço pela dedicação no meu processo de formação, a atenção durante minha infância e por sempre me mostrarem que o melhor e mais propício ambiente para o desenvolvimento é onde prevalece o amor e o respeito mútuo.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto de estudo o processo de impeachment, ocorrido em 2016, durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. A intenção é analisar o acontecimento a partir da situação periférica e dependente do país na cadeia imperialista, engendrada pelo desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em âmbito mundial, desde o final dos anos 1970 caracterizado por uma nova fase (novo imperialismo). Os mecanismos e atores envolvidos denotaram uma grande movimentação interna e externa que permeou todo o processo do impedimento, este que, mesmo ocorrendo entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, teve seus movimentos iniciais datados do início de 2014, com a abertura do que viria a ser a maior e mais midiaticizada operação anticorrupção da história do país - a Lava-jato. Nossa hipótese, com relação à Operação Lava Jato, é a de que esta dá início à generalização da pauta anticorrupção que favoreceu a movimentação política rumo ao impeachment da ex-presidente. Durante o trabalho foram elencadas políticas do governo Dilma Rousseff que teriam desagradado aos Estados Unidos, por contrariar interesses de empresas norte-americanas no Brasil. Do ponto de vista geopolítico, no recorte temporal da análise, o Brasil estava em ascensão na escala regional, disputando os mercados sul-americanos e estreitando os laços com potências do Sul antagônicas à agenda comercial norte-americana. Neste contexto, a hipótese de ingerência dos Estados Unidos na vida política brasileira tem sido apontada por vários analistas, que, em geral, salientam mecanismos como a lei “Foreign Corrupt Practices Act”, implicando no fornecimento de treinamento intensivo no exterior a membros do judiciário brasileiro e informações privilegiadas para as investigações. Nossa intenção é compreender as operações passíveis de serem caracterizadas como “desde fora” e retratar as consequências dos seus desdobramentos no país. Do ponto de vista teórico, recorreremos a análises sobre a fase nova do imperialismo e, correlatamente, da dependência.

**Palavras-chave:** Impeachment, Novo imperialismo, Operação Lava Jato.

## **ABSTRACT**

The present Undergraduate Thesis (TCC) focuses on the impeachment process that occurred in 2016 during the second term of the former President Dilma Rousseff. The intention is to analyze the event from the perspective of the country's peripheral and dependent position in the imperialist chain, stemming from the uneven geographical development of capitalism worldwide, since the late 1970s, characterized by a new phase (new imperialism). The mechanisms and actors involved denoted significant domestic and international movements that permeated the entire impeachment process, which, even though it occurred between December 2015 and August 2016, had its initial movements dated back to the beginning of 2014 with the onset of what would become the largest and most widely publicized anti-corruption operation in the country's history - Lava-jato Operation.

Our hypothesis, concerning the Lava-jato Operation, is that it initiated the broadening of the anti-corruption agenda, which favored the political movement towards the impeachment of the former President. Throughout the study, policies of the Dilma Rousseff government that may have displeased the United States, by opposing the interests of American companies in Brazil, were outlined. Geopolitically, during the temporal scope of the analysis, Brazil was on the rise regionally, competing for South American markets and strengthening ties with Southern powers antagonistic to the American trade agenda.

In this context, the hypothesis of U.S. interference in Brazilian political life has been raised by various analysts, who generally highlight mechanisms such as the "Foreign Corrupt Practices Act," involving the provision of intensive training abroad to members of the Brazilian judiciary and privileged information for the investigations. Our intention is to understand the operations that can be characterized as "from abroad" and portray the consequences of their developments in the country. From a theoretical standpoint, we draw on analyses of the new phase of imperialism and, correspondingly, dependence.

**Keywords:** Impeachment, New imperialism, Lava-jato Operation.

## SUMÁRIO

|                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....                                                                                       | 9  |
| 2. OS GOVERNOS LULA DA SILVA: ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A<br>FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA MULTIPOLAR..... | 16 |
| 3. O PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: CONTINUIDADES E<br>DESCONTINUIDADES.....                           | 22 |
| 4. O INTERVENCIONISMO ESTADUNIDENSE.....                                                                 | 26 |
| 5. O PROCESSO DE IMPEACHMENT.....                                                                        | 31 |
| 6. O BRASIL APÓS O IMPEACHMENT.....                                                                      | 36 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                             | 39 |
| 8. BIBLIOGRAFIA.....                                                                                     | 41 |

## 1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho, serão apresentados os resultados da pesquisa relacionada ao entendimento das causas e consequências do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Para isso, foi utilizado um recorte da análise que priorizasse os fatores externos na abordagem do tema, expondo a hipótese de uma possível intervenção estrangeira, marcada e encabeçada principalmente pela atuação norte-americana no processo.

A escolha do tema se fez diante da junção entre a grande comoção nacional causada pelo avanço do impeachment e da oportuna possibilidade de um entendimento que salientasse a dimensão geográfica desse acontecimento. Tivemos no país as mais diversas análises a respeito do caso, criando um grande antagonismo interpretativo a respeito da institucionalidade ou não do processo. Para além, o impeachment foi uma quebra da sequencialidade dos governos petistas, afastando Dilma Rousseff do cargo e ascendendo seu vice, Michel Temer, à presidência. Em consequência, foram inúmeras as descontinuidades desenvolvidas pelo novo presidente, em comparação com as políticas desenvolvidas por Dilma, demonstrando assim uma reorganização das forças dominantes no país que moldaram as ações do maquinário estatal durante o fim do mandato.

A priorização do recorte dos fatores externos do impeachment se faz pertinente devido à grande abertura econômica que o país sofreu após o processo, a partir dele tivemos a retomada da influência norte-americana, a reafirmação das relações de dependência e o afastamento a passos largos da política sul-sul, grande marco das relações externas dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. A escolha do recorte nos proporciona a possibilidade de traçar os principais beneficiados com a execução do impeachment, e a partir disso, entender qual foram seus respectivos papéis para a contribuição na sua condução.

Para o desenvolvimento do trabalho foi traçado como ponto de partida o conceito de imperialismo. Este que é entendido como as ações e posturas adotadas pelos impérios modernos visando o aumento e a perpetuação do seu raio de influência para outros países. A utilização do conceito se faz pertinente devido à condição histórico-social brasileira, de

um país que desde seu descobrimento esteve imerso de forma desproporcional na disputa pela acumulação dos países desenvolvidos. Dentro desse panorama, o Brasil sempre atuou de maneira pendular no jogo de forças externo, tendo durante sua história momentos de maior proximidade com as potências europeias e horas de maior proximidade com os EUA. Apesar da heterogeneidade das relações estabelecidas, a dominação e a influência dos países estrangeiros sempre foram constantes para a formação e consolidação da identidade brasileira, tendo sido, no geral, uma nação sempre imersa nos laços da dependência.

Diante disso, cabe fazer algumas distinções iniciais visando o maior desenvolvimento sobre a temática, com a proposta de traçar uma separação entre o “novo imperialismo”, conceito reformado e amplamente utilizado pela bibliografia atual, e o “imperialismo clássico”, origem do termo e ponto de partida das discussões teóricas sobre ingerência externa nos países dependentes. A partir dessa diferenciação pretende-se traçar uma evolução do imperialismo enquanto conceito, caracterizando as mudanças, seus agentes hegemônicos e inserindo sua aplicação de forma mais sólida no caso brasileiro.

O imperialismo clássico refere-se ao período histórico compreendido principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX. A origem do termo remete à França onde a palavra *impérialiste* – que abriu caminho para a criação do substantivo *impérialisme* - passa a ganhar popularidade em 1830. Na época, segundo Mauritti (2013, p. 3), o termo tinha uma interpretação “fundamentalmente positiva” que evoluiu ao passar dos anos. No início era usada para designar os partidários do “império” napoleônico. Logo em seguida o termo ganhou uma acepção crítica, pois passou a ser utilizado, antes de 1848, como uma denúncia às pretensões “cesarianas” de Luís Napoleão. Pouco tempo depois esta expressão conservou este mesmo sentido básico, quando passou a ser utilizada por franceses e ingleses contrários ao expansionismo francês.

O conceito surge como uma interpelação das ações expansionistas desenvolvidas pelo Império francês, tendo sua interpretação de valor alterada a partir da evolução das relações sociais e econômicas dentro da própria França. Apesar da mudança, um fato que sempre permeou sua análise foi a sua vinculação ao expansionismo, tendo sido em essência um ponto de partida para se discutir as relações desiguais entre os países e as consequências da dominação.

Nesse intervalo de tempo, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, as potências europeias entraram em franca disputa pela expansão dos seus domínios políticos, econômicos e culturais extrapolando suas territorialidades pelo globo. A principal justificativa que explica a ação e proporciona linhas gerais para seu entendimento é, segundo Mariutti (2013, p. 35): “(...) o Estado que não entrar na luta perderá oportunidades de lucro e, portanto, enfraquecerá perante os demais, podendo, no limite, converter-se em um mero satélite dos países mais poderosos.”

A partir de políticas expansionistas, as nações europeias visavam o equilíbrio da balança comercial interna, a busca por recursos naturais, mercados consumidores, prestígio nacional e poder político. Para isso, a conquista e submissão dos territórios era utilizado como mecanismo externo gerador de grande volume de excedentes econômicos, propiciando a manutenção das potências e concentrando a renda dos países subjugados em suas respectivas metrópoles.

Entende-se, entretanto, que o conceito clássico de imperialismo está muito associado, e de certa forma engessado, dentro do seu próprio contexto histórico, tendo pautas como o colonialismo e a intervenção militar direta como co-requisitos para o entendimento da discussão. Partindo da necessidade de revisitação à temática, desde o final do século passado vem surgindo uma nova forma de análise atualizando o imperialismo para a contemporaneidade. Essa revisitação é marcada principalmente pelo esforço de autores como David Harvey (2004), Michael Hardt e Antonio Negri (2000) e Joseph E. Stiglitz (2002), que re-aplicaram o conceito em um contexto de amplas mudanças econômicas e sociais guiadas pelo fim da segunda guerra e a ascensão norte-americana ao posto de maior economia mundial.

Salvaguardando as diferenças contextuais com sua versão clássica, o novo imperialismo também atua no domínio político, econômico e cultural das nações subjugadas. Entretanto, novas formas de intervencionismo e controle econômico ocorrem de maneira mais sutil e velada. Atualmente, renuncia-se ao intervencionismo direto em benefício de mecanismos camuflados para a intervenção, dentre eles estão os acordos comerciais, a abertura econômica, o controle da dívida externa e a imposição de políticas financeiras. Harvey (2004, p. 47) ainda acrescenta sobre os marcos do novo imperialismo

características como: “elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta.”

A bibliografia atual a respeito do tema aborda de maneira focal, principalmente, as formas de coesão e controle exercidas pela atual superpotência mundial: os Estados Unidos. Apesar disso, cabe destacar que mesmo que hoje exista a grande figura de potência hegemônica representada pelos EUA, e um consequente foco maior comparado à outras nações na interpretação e análise de suas ações coercitivas, ainda há uma grande força econômica e social presente nos antigos países imperialistas, sendo estes os atores secundários que participam atualmente das disputas externas por controle, proporcionando respaldo midiático, econômico e político para o intervencionismo.

A virada de chave para a ascensão norte-americana e o declínio europeu dentro das relações hegemônicas globais está marcado pela fase de transição iniciada na Segunda Guerra Mundial, com o avanço do desenvolvimentismo estadunidense e a consequente crise europeia. A partir disso, enquanto as potências na Europa tinham suas economias solapadas por uma guerra de proporções mundiais ocorrendo nos seus territórios, os EUA conseguiram reorganizar sua matriz produtiva interna e se beneficiar da crise dos seus concorrentes hegemônicos. Bandeira (2017, p.72) cita como se reorganizou o panorama de forças internacionais durante o conflito e que, depois do mesmo, se manteve presente até os dias atuais.

(...) muito antes de terminar a guerra, porém, os Estados Unidos, em entendimento com a Grã-Bretanha, já cuidavam de implantar a ordem econômica e política mundial, planejada para o pós-guerra, sob sua hegemonia. Entre 1º e 22 de julho de 1944, menos de um mês após a invasão da Normandia (6 de junho), realizou-se a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods (New Hampshire), a fim de reorganizar o sistema econômico e financeiro internacional, evitando os erros cometidos no pós-guerra de 1914-1918.

A partir dos acordos de Bretton Woods, os Estados Unidos traçaram seu caminho até o topo da posição hegemônica mundial, desenvolvendo, entre as mais diversas medidas

propostas, os acordos de reconstrução de países aliados. Com isso os EUA impuseram como as antigas potências europeias deveriam guiar suas economias, usando da ajuda seletiva como mecanismo de realinhamento mundial aos seus interesses externos. Sobre a consequências de Bretton Woods e os mecanismos de ajuda propostos, Bandeira (2017, p. 72) ainda acrescenta que:

(...) reconstrução e o desenvolvimento dos países-membros, facilitando a restauração das economias destruídas ou desorganizadas pela guerra; promover os investimentos privados estrangeiros por meio de garantias ou participação em empréstimos, e dar impulso ao crescimento moderador do comércio internacional e ao equilíbrio nos balanços de pagamentos etc. Mas o fato de que tais instituições — o FMI e o BIRD — foram sediadas em Washington permitia que os funcionários do Departamento do Tesouro e do Departamento de Estado exercessem decisiva influência para que suas decisões atendessem aos interesses e aos objetivos da política internacional dos Estados Unidos.

Ao alçar o posto de nação hegemônica, os EUA conseguiram chegar a um nível de influência nunca visto na história, ultrapassando em grau e força os intervencionistas que marcaram a versão clássica do conceito no século XX, como a França, Alemanha e a Grã-Bretanha. O grande componente de reforço para a legitimação dessa hegemonia são as justificativas dadas para os processos intervencionistas, estas que são respaldadas como ações defensivas e de bem-comum para as demais potências mundiais. Segundo Harvey (2004, p.41) acerca do processo:

(...) a coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente, do poder americano. O consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio.

Diante disso, há uma grande clareza a respeito dessa nova roupagem imperialista, que a partir dos desenvolvimentos das técnicas indiretas de dominação, somadas à criação e reforço de um lobby internacional midiático e econômico, engrossado e consentido pelas

demais potências imperialistas, consegue influenciar diretamente o destino político e econômico da grande maioria dos países soberanos no globo.

Com esse panorama e a grande capacidade interna de mobilização de recursos para a intervenção, os EUA se beneficiaram do fim da antiga ordem mundial pós-guerra e de forma quase isolada impuseram os critérios e objetivos para a nova reorganização global. Sem os antagonismos gerados pela guerra fria ou as rivalidades regionais geradas pelo colonialismo, os norte-americanos restabeleceram o panorama de dominação dentro de uma nova ótica geográfica, rompendo com as ultrapassadas divisões de Norte e Sul, ou polo Oriental e Ocidental, e impondo a noção de desenvolvidos e em desenvolvimento. Logo no início da década de 1980, Chomsky (1982, p. 311) já observava de maneira clara a necessidade de se modificar o panorama interpretativo internacional, visando com isso a manutenção e controle do mundo globalizado:

O conflito “Norte-Sul” não se aplacará, e novas formas de dominação terão de ser criadas para assegurar aos segmentos privilegiados da sociedade industrial a preservação de um controle substancial dos recursos mundiais, humanos e materiais, e dos lucros desproporcionais derivados desse controle. Assim, não surpreende que a reconstituição da ideologia nos Estados Unidos encontre eco em todo o mundo industrial.

Diante disso, fica claro a posição de agente dominante ocupado pelos EUA atualmente. A quase ausência de rivais econômicos dispostos a manter uma multipolaridade mundial só reforçou sua influência no mundo globalizado, sendo esse, em última análise, apenas um grande espaço geográfico a serviço dos seus interesses. Ao observarmos a formação histórica dos EUA podemos entender como foram traçados os pilares que hoje sustentam essa situação, conceitos como “destino manifesto” e a formação de “*um imperium*” foram basilares para a naturalização dentro da sociedade americana de que estavam diante de um organismo que se expandiria em população e território, e aumentaria em força e poder com o passar dos anos.

Uma consequência direta da imposição da dominação e do controle, decorrente dos desnivelamentos geográficos entre os países, são as chamadas relações de dependência. Estas que, em suma, atuam como um dos produtos da disparidade de forças entre as nações soberanas. As relações de dependência são o reflexo da dinâmica entre países dominados e

países dominantes, nas quais o imperialismo frequentemente é resultado dessa condição. A dependência inicia-se na impossibilidade de países dominados exercerem sua soberania nacional econômica sem envolver, ou estar diretamente dependente, dos recursos e serviços oferecidos pelas potências mundiais, com isso cria-se uma relação de clientelismo na qual as nações dominadas muitas vezes são moldadas para atender particularmente às necessidades das nações dominantes, levando a um ciclo de desigualdade econômica e estagnação.

É dentro desse panorama de dominação que se encontra o caso brasileiro. Caracterizado como um país que orbita as relações de poder internacionais, o Brasil está submerso dentro das relações de dependência. Com o avanço e desenvolvimento dos raios de influência da dominação norte-americana na América do Sul, o Brasil recebeu diretamente a irradiação do seu poder e foi forçado a aderir ao panorama hegemônico mundial. Com isso, tivemos o desenvolvimento econômico nacional dependente do mercado externo, colocando o país no posto de uma nação que deveria servir, em setores específicos, às potências mundiais.

O caso dos governos petistas marcou uma tentativa única na história contemporânea do Brasil, pela primeira vez em décadas se almejou um afastamento das relações hegemônicas lideradas pelos Estados Unidos. Isso envolveu a busca por coalizões econômicas e parcerias de ajuda mútua que não estivessem alinhadas com a agenda financeira internacional dos EUA. Como consequência, desencadeou-se um processo de intervenção no Brasil, com o intuito de minar sua estabilidade econômica e enfraquecer o governo existente, resultando no realinhamento do país aos interesses norte-americanos. No próximo capítulo, exploraremos a maneira como esse realinhamento ocorreu, começando pela análise da política externa dos governos de Lula e sua tentativa de promover um desenvolvimentismo dentro dos limites da dependência econômica.

## **2. OS GOVERNOS LULA DA SILVA: ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA MULTIPOLAR**

Para um amplo entendimento da política externa que esteve presente durante os dois mandatos governamentais de Dilma Rousseff é necessário, em primeiro lugar, fazer uma breve revisão dos principais feitos da política externa de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa revisão é importante para compreender melhor as semelhanças e diferenças que ocorreram após a mudança de governo e, a partir disso, analisar como o cenário internacional e as ações do Estado no âmbito externo foram evoluindo ao longo da década. Uma das principais propostas da campanha eleitoral de Dilma era a sugestão de continuidade da política brasileira em vigor, que era fortemente influenciada pela abordagem de Lula durante seus dois mandatos. Portanto, não era incomum na época ouvir frases e slogans como a afirmada por Patriota: "Continuar não é repetir" (PEREIRA, 2011), referindo-se à promessa de seguir adiante com a política lulista. No entanto, além de manter o núcleo central da política de Lula, a nova presidente também tinha a ambição de imprimir características próprias em seu plano de governo, incorporando nele seus valores e visões de mundo. Para isso, vamos começar pelos principais feitos dos mandatos de Luiz Inácio e a partir das eleições de 2010 e subsequente vitória de Dilma identificaremos as principais continuidades e discontinuidades em relação à política anterior.

Luiz Inácio Lula da Silva ascende ao poder em 2003, quebrando a sequencialidade dos governos neoliberais que permeavam o país desde a redemocratização. Durante seus dois mandatos, que compreendem o período de 2003 a 2010, foram inúmeras as discontinuidades traçadas por Lula comparadas aos seus antecessores. A preocupação com as temáticas sociais, com o desenvolvimentismo brasileiro e com uma visão de mundo multipolar e de fortalecimento do Sul global foram características essenciais para imprimir ao governo uma roupagem “pós-liberal” e ligeiramente inclinada à esquerda. Com isso, Lula se aproveitou de uma relativa estabilidade econômica herdada de Fernando Henrique Cardoso e usou dela para promover reformas sociais, a principal bandeira de seu mandato.

A política externa do primeiro mandato de Lula foi marcada, principalmente, pela inserção do Brasil em um contexto internacional difícil para a ascensão dos países

emergentes e para a diminuição das disparidades econômicas no globo. Albanus (2015, p. 2) faz um breve balanço dessa perspectiva inicial e do contexto no qual ela se insere:

(...) O governo Lula insere-se em um contexto internacional de uma crescente posição unilateral dos Estados Unidos no mundo e da obsolescência das instituições multilaterais, modificando a atuação dos emergentes que, como o Brasil, buscaram adotar uma postura ativa e afirmativa no sistema internacional.

Muitas das dificuldades da inserção brasileira nesse cenário surgiram devido ao enfraquecimento das instituições multilaterais e à ascensão e consolidação dos Estados Unidos como a nação hegemônica global. A estrutura de poder mundial estava estabelecida, e as nações desenvolvidas deliberadamente adotavam políticas que prejudicavam as nações em desenvolvimento, minando sua capacidade de crescimento econômico e perpetuando a desigualdade. Algumas dessas políticas eram evidentes na imposição da liberalização do comércio, através de acordos de livre comércio, e nos critérios estabelecidos pelo FMI para a concessão de empréstimos e renegociação de dívidas passadas. Em geral, essas políticas frequentemente seguiam princípios econômicos neoliberais, como a redução de gastos públicos em áreas com baixo retorno, abertura gradual de setores-chave da economia e concessões financeiras.

Diante desse contexto, o governo de Lula concentrou seus esforços na área de relações internacionais, na defesa do fortalecimento de instituições multilaterais e na criação de coalizões para auxílio econômico e cooperação mútua. Muitas dessas iniciativas foram desenvolvidas na América do Sul, que se tornou uma região prioritária de atuação. É importante destacar que, ao contribuir para formar coalizões econômicas e apoiar instituições multilaterais, Lula buscava não apenas fortalecer os países em desenvolvimento, mas também aumentar seu poder de negociação perante organizações como a ONU e a OMC.

Inicialmente, surgiram duas iniciativas importantes dentro desse projeto de fortalecimento dos países em desenvolvimento: o G-20, como resposta à Organização Mundial do Comércio (OMC), e o G-4, como resposta à Organização das Nações Unidas

(ONU). Ambos desempenham papéis cruciais no objetivo mais amplo de promover a democratização global e a cooperação internacional.

O G-20, um grupo composto pelas principais economias do mundo, surgiu como uma alternativa à OMC para abordar questões econômicas e comerciais em um contexto mais democrático. Composto por países desenvolvidos e em desenvolvimento, o objetivo do G-20 era equilibrar as disparidades internacionais dentro das áreas do comércio, desenvolvimento e estabilidade econômica. Em paralelo, o G-4 foi formado como uma resposta à necessidade de reforma e democratização da ONU. Composto por Brasil, Alemanha, Índia e Japão, o G-4 visava obter assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU e, assim, refletir uma distribuição de poder mais equilibrada no sistema internacional.

Para além disso, foram criados também fóruns para a reformulação do sistema internacional, marcados principalmente pela fundação do IBAS e do BRICS: o primeiro servia como incentivo à cooperação técnica, à possibilidade de integração e articulação entre países de desenvolvimento similares, além do componente político voltado à reforma do Conselho de Segurança da ONU. E o segundo, por sua vez, vislumbrava a defesa da multipolaridade e a necessidade de democratizar as instâncias decisórias da política mundial, além de uma agenda voltada para o desenvolvimento (SILVA, 2013).

Com essas medidas, a política externa de Lula foi marcada pela cooperação mútua e pela busca pela democratização do acesso às decisões cruciais, que antes eram dominadas pelas potências desenvolvidas. O princípio central que orientava essas ações era a ideia de que, ao fortalecer-se mutuamente, especialmente na América do Sul, haveria uma maior chance de equilibrar a balança de poder internacional, ampliando assim a capacidade de decisão dos países em desenvolvimento nesses fóruns e instituições globais.

Dentro do contexto de integração sul-americana, é fundamental destacar a revitalização de dois importantes mecanismos regionais: o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a Unasul (União de Nações Sul-Americanas). O Mercosul é uma organização de integração econômica entre os países da América do Sul, cujo objetivo é remover barreiras à circulação de capitais, mercadorias e serviços na região. Essa revitalização foi um avanço

significativo na busca por acordos econômicos que promovessem o desenvolvimento financeiro e a multipolaridade global, unindo as principais potências sul-americanas em prol da prosperidade econômica comum.

A dedicação à consolidação do Mercosul está em sintonia com a visão do presidente Lula de formar alianças que fortalecessem a região e criassem uma frente mais organizada, especialmente em negociações com países desenvolvidos. Em seu discurso de posse, Lula deixou claro seu compromisso com a revitalização do bloco e, sobretudo, sua dedicação à América do Sul, segundo o ex-presidente:

A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. [...] Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina (SILVA, 2003, n. p).

Já o Unasul (União de Nações do Sul) se constitui como uma organização relacionada a defesa e segurança na América do Sul, teve como destaque o feito ímpar de reunir todos os países da região, sendo uma organização com multiobjetivos que serviria também para a integração entre as nações. Como estabelecido no Tratado Constitutivo da UNASUL:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as

assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (TRATADO, 2008, p. 6-7).

O fortalecimento de mecanismos de cooperação, via o Mercosul e a Unasul, era de extrema importância devido à possibilidade de alinhamento e cooperação entre os países sul-americanos. Isso permitiria a formulação de planos de desenvolvimento econômico baseados no apoio mútuo, beneficiando assim toda a região. Grande parte dos projetos de desenvolvimento para o continente foi concebida e implementada dentro do âmbito regional, com a Unasul destacando-se como uma das instituições mais importantes para o projeto de integração sul-americana.

Para além da solidariedade com as nações em desenvolvimento, a política externa lulista dedicou grandes esforços na busca por equiparação frente às injustiças históricas que formaram o plano hegemônico mundial, tendo dedicado muitas das suas viagens presidenciais à criação de embaixadas em países solapados historicamente pelo imperialismo. Cabe aqui o destaque para a aproximação brasileira com regiões drasticamente ignoradas pelos governos anteriores como é o caso da aproximação com o continente africano.

Pautado nisso, o Brasil realizou um engajamento sem precedentes para a região: além da criação, idealizada pelo Brasil, da Cúpula América do Sul África (AFRAS), as visitas oficiais efetuadas a 29 países e a abertura de 17 novas embaixadas foram um recorde histórico em relação aos demais presidentes e uma inflexão. Ademais, a cooperação técnica foi um expoente, com a África configurando o principal destino dos investimentos na Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – cerca de 300 projetos foram realizados com 37 países. (ALBANUS, 2015, p.4).

No geral, Luís Inácio tentou desenvolver parcerias econômicas que, diferente das relações com os países desenvolvidos, abarcasse características em comum com o avanço desenvolvimentista brasileiro, almejando a formação de uma multipolaridade benigna para o avanço da sua proposta de Estado.

Ainda que tenham ocorrido esses progressos na formação e fortalecimento das organizações multilaterais e pelos avanços da política sul-sul, os governos de Lula ainda

mantiveram uma relativa proximidade com os países desenvolvidos, em especial com os Estados Unidos, que até 2009 era o principal parceiro econômico brasileiro. Apesar da proximidade, essa sempre se fez de forma crítica e visava, além do beneficiamento econômico brasileiro, a tentativa de não romper, mas enfraquecer, os laços de dependência já estabelecidos a mais de um século entre os países centrais e o Brasil.

Com isso, tentava-se estabelecer uma relação na qual ocorresse um beneficiamento mútuo. O Brasil desenvolveria uma economia focal com valorização e apoio aos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que manteria uma boa relação e proximidade com os países desenvolvidos. O avanço dessa proposta só foi possível devido ao grande foco do governo nas relações internacionais e na política externa, ao passo que estas condicionaram a estabilidade doméstica da política interna durante seus mandatos.

A partir dessas características, autores como Berringer (2015, p. 47) vão rotular a política externa lulista, em comparação com seus antecessores, como uma política de subordinação conflitiva, na qual ocorre uma tentativa de desenvolvimento interno e aumento do poder de barganha do país sem rompimento com os laços de dependência:

A subordinação passiva corresponde às políticas externas de maior alinhamento e subordinação e dependência com o imperialismo, como se pôde ver nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A subordinação conflitiva está ligada às políticas externas que, apesar de não romperem a relação política e de dependência com os Estados imperialistas, buscam criar, através de alianças e coalizões políticas com outros Estados dependentes, o aumento da margem de manobra do Estado na cena política internacional. Este foi o caso dos governos Lula (2003-2010).

Cabe, por fim, o destaque para o fortalecimento da Petrobras, dado por Lula em seu governo, como uma empresa estatal líder no setor de energia. Durante seus mandatos, houve um impulso considerável para expandir a capacidade de produção de petróleo e gás no Brasil, incluindo a exploração da camada do pré-sal. Esse fortalecimento ajudou a consolidar a posição do Brasil como uma nação energética importante, também permitiu ao país ter maior autonomia em relação às importações de petróleo.

Após os governos de Lula, sua sucessora herda um país que vivenciava um período de considerável crescimento econômico e inclusão social, se destacando internacionalmente ao reduzir a pobreza e fortalecer sua posição no cenário global

### **3. O PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES**

Dilma assume o poder em 1º de janeiro de 2011, iniciando um processo de continuidade com os principais fatores que contribuíram positivamente para o plano de desenvolvimento brasileiro durante os mandatos de Lula. A proposta de continuidade fica evidente na composição do pessoal responsável pelas relações externas do novo governo, com nomes que já estavam presentes e ativos na administração anterior:

Sobre a continuidade na burocracia, diversos nomes foram mantidos em pastas importantes, como Amorim, Garcia e Guimarães, entre outros. Antonio Patriota, por exemplo, foi Secretário-Geral das relações exteriores no final do governo de Lula, e a mudança de Patriota para Figueiredo não parece ter provocado grandes mudanças, mesmo porque Patriota continuou com cargo relevante na formulação da política externa. (CORNETET, 2014, p. 141)

Com isso, a nova presidente buscava acalmar os setores que estavam preocupados com possíveis mudanças e, sobretudo, assumia o compromisso de manter a política externa desenvolvida por Lula. O reforço da continuidade se justificava devido à significativa ascensão econômica do Brasil durante a gestão anterior, que elevou o país de uma posição secundária para uma de relativo protagonismo, especialmente na América do Sul. No entanto, apesar dos esforços, muitos analistas interpretam essa fase de transição como o início de um declínio político no Brasil, marcado por uma queda no PIB, desindustrialização e uma maior dependência das exportações de produtos primários. Não obstante, Dilma também se empenhou em manter a abordagem multipolar iniciada por seu antecessor e, além das continuidades, destacou-se pelo compromisso com o avanço da ciência e tecnologia, que viria a ser uma das principais propostas de seu mandato.

A maior bandeira defendida em seu governo foi, efetivamente, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, estando presente em todas as negociações bilaterais e multilaterais e na expansão do programa Ciência Sem Fronteiras. Na percepção do governo, somente através do fomento à educação e desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, o Brasil poderá ser uma grande nação (ALBANUS, 2015, p. 5)

Dentro da esfera da multipolaridade, Dilma manteve essa abordagem como um dos elementos prioritários de sua política externa. Ela aproveitou os fóruns de concertação para expressar críticas aos modelos de desenvolvimento propostos pelos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento.

De acordo com essa perspectiva, as medidas adotadas pelos desenvolvidos não somente aumentam a pobreza e a desigualdade, mas também constroem o crescimento das nações emergentes. Assim, o enfrentamento da crise não poderia ser administrado unilateralmente, mas de forma conjunta, residindo aí a importância da reforma dos mecanismos multilaterais. (ALBANUS, 2015, p. 5)

Outro ponto de caracterização da política externa de Dilma foram as críticas dirigidas ao intervencionismo militar dos países desenvolvidos nos países periféricos. A presidente enfatizou a necessidade do diálogo e da busca por soluções não violentas para os conflitos. Para isso, apresentou o conceito de “responsabilidade ao proteger”, em contraposição à “responsabilidade de proteger”, colocando a obrigação nas mãos daqueles que estão encarregados de assegurar que, sob nenhuma circunstância, haja desequilíbrio ou um aumento maior na destruição do país do que aquela que se busca originalmente evitar.

Cabe o destaque, dentro das continuidades, para o foco mantido nas relações com a América Latina e a consolidação da cooperação sul-sul, esta última diretamente herdada de seu antecessor. Dilma preservou a proximidade com a região e, no âmbito das instituições e fóruns econômicos multipolares, reforçou a importância de promover um ambiente regional financeiramente favorável fundamental para a integração global e o progresso interno do Brasil. As continuidades nesse tópico se manifestaram principalmente no âmbito do IBAS e do BRICS, com a manutenção da cooperação e da unidade de discurso entre seus membros.

Outra característica que demonstra a transmissão de características próprias para a governabilidade é o foco desenvolvido dentro das temáticas ambientais. Esta que se apresenta como uma das novidades traçadas por Dilma, marcada pelas falas e participações ativas da presidenta nos fóruns globais, defendendo mais rigorosidade nas políticas ambientais e destacando o papel do Brasil como uma potência emergente dedicada ao desenvolvimento sustentável. Para além, cabe o destaque para os esforços desenvolvidos na diminuição do desmatamento da Amazônia, na promoção do uso e difusão das energias sustentáveis e na sediação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na qual a própria presidente enfatizou a importância da sustentabilidade e da conservação ambiental em seu discurso de abertura. Não obstante, a construção da Usina de Belo Monte indisputa boa parte do movimento ambientalista mundial ao governo da ex-presidente.

A respeito da política externa, Dilma conduziu às relações internacionais de forma mais cautelosa em comparação com seu antecessor. Mesmo a política sul-sul, um grande marco do governo de Lula e um pilar importante das relações internacionais durante o governo de Dilma, recebeu menos ênfase nesse período. Houve, no entanto, uma sólida tentativa de manter a multipolaridade e desenvolver relações comerciais fora da bilateralidade com os Estados Unidos. No entanto, a priorização da política interna em detrimento da externa acabou por enfraquecer a presença brasileira nos cenários internacionais, diminuindo a visibilidade do país em relação a outras nações em desenvolvimento.

Mesmo tendo a América do Sul como sua região prioritária de atuação, durante seu primeiro mandato, Dilma Rousseff manteve de forma sólida as parcerias econômicas com os Estados Unidos. As críticas à atuação dos países desenvolvidos em fóruns internacionais e o apoio econômico e financeiro aos países em desenvolvimento não enfraqueceram os acordos com os norte-americanos. Essas parcerias foram simbolizadas pela visita do então presidente dos EUA, Barack Obama, ao Brasil em 2011. Para os Estados Unidos, era crucial manter essa parceria econômica com o Brasil, que havia sido estabelecida durante os governos de Lula. Isso ocorreu em um momento em que os Estados Unidos estavam se recuperando da crise de 2008, buscando consolidar sua influência na América Latina.

O que mais interessava era a tática de recuperação de espaços no contexto regional, que não pode ser descolada do global: continuidade da crise econômica nos Estados Unidos e União Europeia, fortalecimento dos emergentes e de sua projeção internacional geopolítica e geoeconômica, aprofundamento da integração sul-americana, instabilidade nos teatros militares eurásianos Iraque-Afeganistão e eclosão da Primavera Árabe em 2010. As ações na América Latina são compensatórias, sem que isso tire o foco dos Estados Unidos da Eurásia (PECEQUILO, 2014, p.19)

Dessa forma, a manutenção das relações se deu nos mais diversos âmbitos econômicos, sendo estes marcados pelas cooperações em áreas como segurança alimentar, combate a AIDS/HIV, combate ao trabalho forçado e de crianças, biocombustíveis e meio ambiente. Para fins ilustrativos, foram assinados, apenas em 2011, acordos como Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de aviação, Memorando de Entendimento sobre as Dimensões da Biodiversidade, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Programa de Diálogos Estratégicos Brasil-EUA, Memorando de Entendimento para Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países no Âmbito do Trabalho Decente e Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Apoiar a Organização de Grandes Eventos Esportivos (PECEQUILO, 2014, p. 20)

A partir do vazamento de informações por Edward Snowden, em 2013, sobre a espionagem realizada pelos Estados Unidos à presidente Dilma Rousseff e à Petrobras (BBC Brasil, 2013) ocorreu uma mudança significativa nas relações entre os dois países. Esse episódio expôs o intervencionismo norte-americano em questões internas do Brasil e provocou uma crise de confiança entre as duas nações. O impacto nas relações bilaterais foi imediato e significativo, com um dos marcos mais ilustrativos do atrito sendo o cancelamento de uma visita de Estado planejada a Washington. O governo brasileiro exigiu explicações do governo dos EUA, e as relações diplomáticas ficaram tensas durante o período, com o Brasil buscando não apenas justiça, mas também garantias de que tais práticas de espionagem não se repetiriam.

[...] reduzindo-o ao tema espionagem a partir das denúncias de Edward Snowden publicadas pelo jornalista Glen Greenwald em Junho de 2013. Estas denúncias indicavam que os norteamericanos mantinham uma prática de espionagem regular realizada pela National Security Agency

(NSA). A justificativa permanecia a da segurança, visando o combate ao terrorismo transnacional. Porém, a NSA vigiava nações inimigas e países aliados como Brasil e Alemanha (incluindo a Presidente Dilma e a Chanceler Angela Merkel) e empresas nas quais detinham interesses como a Petrobras do setor energético (PECEQUILO, 2014, p.25)

Como consequência, o episódio desencadeou um efeito duradouro na política externa brasileira. O governo de Dilma adotou uma postura mais crítica em relação aos Estados Unidos, buscando maior independência em questões internacionais. O Brasil passou a enfatizar sua soberania e a promover uma agenda de privacidade digital e segurança cibernética em fóruns internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Em discursos proferidos nesses fóruns, ela condenou veementemente a espionagem digital e defendeu a privacidade dos cidadãos.

Com o agravamento das tensões nas relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, iniciou-se um processo de realinhamento do Brasil à esfera de influência norte-americana. Para alcançar esse objetivo, diversas estratégias políticas foram empregadas, com ênfase na destituição da presidente Dilma Rousseff do poder, na abertura econômica dos ativos da Petrobras e no subsequente reposicionamento brasileiro. A seguir serão abordados os processos intervencionistas, os métodos utilizados e a efetividade da intervenção na política interna do Brasil.

#### **4. O INTERVENCIONISMO ESTADUNIDENSE**

Para compreender a hipótese de ingerência política dos Estados Unidos durante o segundo governo de Dilma, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma breve análise dos processos mais atuais de intervenção externa na vida política nacional. Essa revisão é relevante devido à natureza cada vez mais sutil e discreta dessas interferências, em consonância com a descrição do novo imperialismo global. Podemos ilustrar isso com a experiência do escritor e professor cubano Raúl Antonio Capote Fernández, que atuou como agente duplo infiltrado na CIA entre 2004 e 2011, a pedido da inteligência cubana. Segundo Capote, seu papel era desestabilizar o governo cubano, aproveitando sua influência como líder sindical no setor cultural para minar os fundamentos da Revolução

Cubana e promover uma "guerra cultural". Isso visava desencadear uma revolução colorida, semelhante à Primavera Árabe, com o objetivo de fortalecer uma oposição alinhada com o imperialismo e, posteriormente, estabelecer um governo de direita no país.

[...] Em resumo, aplicar a cartilha de Gene Sharp, teórico do golpe suave. A ideia da guerra não violenta consiste em ir solapando os pilares de um governo até que ele imploda. O objetivo não é fazer com que um governo renuncie. Se isso acontecer, o projeto fracassou. A ideia é que o governo imploda e que isso cause caos. Com o país em caos, é possível recorrer a meios mais extremos. A meta em Cuba era esta: causar um caos tal no país que fizesse desabar todos os pilares da revolução. Neste cenário, várias possibilidades eram consideradas, entre elas, uma “intervenção humanitária” dos Estados Unidos no país. Outra era a instalação de um governo de transição que levasse a um governo de direita. (CAPOTE, 2015, n. p.)

A estratégia de “guerra cultural” endossada pelos Estados Unidos não é um processo novo na América Latina; se tomarmos como parâmetro a não intervenção militar, o marco zero remonta à época das transições democráticas na região, por volta da década de 1980. Desde então, essa estratégia tem sido utilizada, fornecendo respaldo financeiro e midiático para inúmeros golpes na região. As semelhanças desse processo de guerra não-violenta com o ocorrido no Brasil são notáveis, e é fundamental compreender por que os interesses norte-americanos cresceram a ponto de justificar o uso de mecanismos provavelmente ilegais para a deposição de presidentes no país.

Durante o período dos governos petistas, entre 2003 e 2016, o Brasil, de forma geral, alcançou seu melhor desempenho econômico em toda a história recente. Em 2010, o PIB brasileiro registrou um crescimento de 7,5% em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 3,675 trilhões, o maior aumento desde 1986 (BBC BRASIL, 2011). Além do notável aumento na acumulação interna, o Brasil estreitou laços de maneira crescente com a China, impulsionado pela situação favorável às exportações de produtos primários e pelas importações de manufaturados asiáticos (SOUZA, 2017). Essa intensificação das relações econômicas com o gigante vermelho trouxe uma série de consequências não desejadas em termos de desenvolvimento para o Brasil, incluindo o enfraquecimento da indústria nacional em contrapartida ao aumento das exportações de commodities para a China. No entanto, o crescimento na balança de importações e exportações também resultou em um aquecimento dos mercados domésticos, com a implementação de taxas de juros mais baixas

e a estabilização da taxa de câmbio. Isso contribuiu para melhorar a situação econômica do mercado interno e desempenhou um papel fundamental na redução significativa dos impactos catastróficos que a crise de 2008, que eclodiu nos Estados Unidos, teve no Brasil.

Dentro do contexto de diversificação das parcerias econômicas, é crucial destacar o papel fundamental desempenhado pelas organizações multipolares. Através delas, o Brasil diversificou significativamente seus parceiros econômicos, ampliando consideravelmente as oportunidades econômicas disponíveis, enquanto se distanciava da influência econômica dos Estados Unidos. A participação do Brasil em grupos como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) ilustram vividamente esse movimento de diversificação, que ao estabelecer parcerias mais sólidas com nações em desenvolvimento e emergentes, expandiu consideravelmente seu alcance no cenário internacional. Isso não apenas fortaleceu sua presença geopolítica, mas também abriu portas para oportunidades de cooperação econômica em uma escala global.

Em consonância com os pontos já citados, é possível afirmar que os governos petistas conseguiram alcançar grandes conquistas no campo do desenvolvimento econômico e social. No respectivo período tivemos em 2011 a ultrapassagem da Grã-Bretanha ao nos tornarmos a sexta maior economia do mundo (BBC BRASIL, 2011) e a redução da taxa de desemprego para 4,7% em dezembro, fechando 2011 com média de 6,0% (IBGE, 2010), e a retirada do país do mapa da fome da FAO em 2014 (FAO, 2014). Entretanto, apesar de impressionantes, esses pontos não frearam o interesse imperialista no Brasil que a descoberta do pré-sal gerou. A descoberta de que o Brasil contava com vastas reservas de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial, colocaram a nação em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial, principalmente frente a países com grande consumo de combustíveis fósseis, como o caso dos EUA, tornando cada vez mais oportuno o realinhamento brasileiro com a agenda norte-americana.

Apesar da descoberta dos campos de pré-sal ser relativamente recente no Brasil, a Petrobras desde meados da década de 50 apresenta uma enorme importância para a soberania nacional e a redução da dependência externa por petróleo. A estatal petrolífera foi fundada em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas (PETROBRAS, 2023), como resultado da campanha "O petróleo é nosso". O então presidente acreditava que era crucial para a soberania nacional controlar os recursos petrolíferos do país. Dada a importância do

setor, a empresa cresceu ao longo das décadas e a partir dos investimentos internos e das sequências de governos desenvolvimentistas, tornou-se uma das maiores petrolíferas do mundo.

Durante os governos petistas, especialmente sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, a Petrobras passou por um processo de fortalecimento e expansão significativo, a partir da promoção de investimentos na empresa, visando o desenvolvimento da exploração em águas profundas e a expansão da produção de petróleo e gás natural. Essa estratégia visava aumentar a independência do Brasil na área de energia e impulsionar o crescimento econômico. É a partir dos investimentos realizados durante os governos de Luiz Inácio que ocorreu a então descoberta do pré-sal, em 2007 (PETROBRAS, 2023), gerando um grande entusiasmo e expectativas no país. As reservas estimadas eram tão vastas que poderiam transformar o Brasil em um dos maiores produtores de petróleo do mundo, despertando com isso o interesse de investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, e trazendo uma nova dimensão para a política energética e econômica brasileira.

O governo de Lula e, posteriormente, o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, adotaram uma abordagem estratégica em relação ao recurso. O objetivo era garantir que a exploração dessas reservas fosse feita de maneira a beneficiar a população brasileira e a fortalecer a Petrobras como operadora exclusiva das áreas do pré-sal. O governo implementou uma legislação que estabelecia o regime de partilha, no qual o Estado brasileiro teria uma participação direta na produção e na receita gerada pela exploração. Dentro dessa proposta de desenvolvimento interno, com os excedentes econômicos gerados pela estatal, cabe o destaque para a política de conteúdo local que a Petrobras desenvolvia no país. Segundo esse mecanismo, era determinado que empresas nacionais fossem as preferencialmente contratadas para prestar serviços à estatal. Isso teve o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria nacional e criar empregos no Brasil, ao mesmo tempo em que visava fortalecer a capacidade da empresa de explorar e produzir petróleo de forma autossuficiente. (PETROBRAS, 2023)

Diante desse cenário de consolidação regional da Petrobras e do avanço da diversificação econômica das parcerias brasileiras, o avanço do projeto de ingerência no país ganhou espaço. Os Estados Unidos têm sido historicamente uma nação altamente dependente do petróleo, devido ao seu considerável consumo interno e à limitada

capacidade de produção autossuficiente. Essa dependência tem gerado uma posição de enorme vulnerabilidade em relação ao recurso, visto que a economia americana e a demanda constante por energia são impulsionadas por seu setor de transporte, altamente dependente de combustíveis fósseis. Com isso, os Estados Unidos frequentemente importam petróleo de diversas regiões do mundo, colocando-os à mercê das interrupções no fornecimento global e das flutuações nos preços do barril.

A fim de evitar as interrupções no fornecimento, os EUA desenvolvem suas relações diplomáticas visando o auto-beneficiamento em relação ao recurso, levando o país a buscar a realização dos seus interesses nas regiões ricas em petróleo ao redor do mundo. Dentro da roupagem diplomática, são utilizados os mais diversos métodos de coerção para desnacionalizar a extração petrolífera e garantir o acesso norte-americano. Nesse ponto cabe o destaque para o fator coercitivo imposto através do novo imperialismo, que a partir da intervenção discreta acaba por abrir nações formalmente soberanas às necessidades americanas.

Devido a ciclicidade da ação intervencionista, decorrente principalmente da constante e crescente necessidade por petróleo, são inúmeros os registros históricos que explicitam o intervencionismo dos Estados Unidos nos mais diversos países pelo mundo. Um exemplo famoso foi a invasão do Iraque em 2003, sob o pretexto de eliminar supostas armas de destruição em massa, que acabaram nunca sendo encontradas (BBC Brasil, 2023). A verdadeira motivação por trás dessa intervenção era amplamente percebida como sendo o controle das vastas reservas de petróleo iraquiano, usando novamente de um pretexto humanista para desenvolver a penetração na região. Outro exemplo histórico foi o golpe de estado no Irã em 1953, orquestrado pela CIA em conjunto com o Reino Unido, que acabou por derrubar o governo democraticamente eleito de Mohammad Mossadegh. O motivo central era o objetivo da nacionalização da indústria petrolífera pelo Irã, o que representava uma ameaça aos interesses das empresas ocidentais. (G1, 2020)

Apesar da efetividade da intervenção nos exemplos citados, o processo de controle das reservas e dominação regional geraram grandes oposições pelo globo devido a explicitude das ações norte-americanas. Mesmo que mascarados os principais objetivos, o processo de intervenção com o envio de tropas e uso sistemático da violência levou os opositores das ações estadunidenses a formarem uma forte coalizão, disseminando duras

críticas à forma como o país conduz sua política externa. Diante disso, a intervenção no caso brasileiro vai caminhar por trilhas menos explícitas, usando do financiamento indireto, do treinamento de juristas nos EUA e, principalmente, do fornecimento de informações adquiridas de forma ilegal por grampos telefônicos, para reforçar que a derrubada presidencial de Dilma Rousseff e a consequente desnacionalização da Petrobras eram episódios orgânicos da política interna brasileira, enfraquecendo todo e qualquer rastro da participação americana no processo.

## 5. O PROCESSO DE IMPEACHMENT

A derrubada presidencial de Dilma Rousseff inicia-se a partir do esboço, por parte dos EUA, dos principais pilares brasileiros a serem trabalhados para o início da implosão governamental, são eles: a corrupção, o apoio popular e a economia. Ao mirar nesses pontos ocorreria, teoricamente, uma derrocada orgânica do governo Dilma, isolado politicamente ao mesmo tempo que perdia toda e qualquer possibilidade de resistência com a ausência do apoio popular. O grande marco do início do solapamento vai ser o foco central na pauta da corrupção, que desde os mandatos do ex-presidente Lula já permeavam o senso-comum e a mídia brasileira, como foi no caso do mensalão. Para isso, os Estados Unidos se utilizaram de um antigo mecanismo de intervenção respaldado por uma lei de 1977:

[...] a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), que permite que o Departamento de Justiça (Department of Justice/ DOJ) investigue e puna empresas estrangeiras que praticam crimes de corrupção, ainda que não tenham ocorrido em território nacional [...] ocorreu a difusão da FCPA através do Projeto Pontes, uma atividade de treinamento oferecida pelas embaixadas dos EUA mundo à fora para consolidar operações bilaterais de aplicação da lei. (BUGIATO, 2022, n. p).

A partir do referente respaldo e da disseminação em larga escala da associação dos governos petistas à corrupção, Washington pode estender sua jurisdição legislativa e realizar a punição indireta das empresas essenciais para a manutenção da soberania nacional brasileira, como a Petrobras. Dessa forma, os EUA se utilizariam de uma roupagem liberal de suposto combate ao crime para fazer valer seus desejos de realinhamento Brasil-EUA, ao passo que evitavam qualquer suspeita da sua participação

usando de um intermediário no Brasil para iniciar o processo. Isto é, são muitas as denúncias de associação de entidades governamentais dos EUA com a denominada Operação realizada em Curitiba via formação, pelo Ministério Público e com o apoio norte-americano, de uma força tarefa anticorrupção denominada Lava-Jato. Após a delimitação dos alvos prioritários a operação fluiu no sentido de expor, com o auxílio da grande-mídia, a corrupção como algo isolado e intrinsecamente associado aos governos petistas.

A escolha da Petrobras como alvo prioritário da operação caminha diretamente ao encontro da necessidade dos EUA do acesso às reservas petrolíferas brasileiras, associando a estatal a uma inaptidão técnica, decorrendo dos quadros corruptos, ao passo que minava internamente o valor da empresa associando-a uma situação de mais gastos que lucros para o país.

Iniciada em março de 2014, a Operação Lava-Jato foi conduzida por um grupo de procuradores da República, liderados pelo então juiz federal Sérgio Moro, que teve como objetivo principal investigar esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras e as empreiteiras brasileiras. Apesar das propagandeadas intenções positivas de combate à corrupção sistemática, logo ficaram claras as reais intenções da operação. Com o avanço das investigações foram utilizados os mais diversos métodos coercitivos, incluindo prisões preventivas para a obtenção de confissões sobre os casos de corrupção no país. A prisão preventiva é uma medida legal que pode ser usada quando há indícios de que um suspeito pode obstruir a justiça, fugir ou representar uma ameaça à ordem pública, no entanto, a maneira como essa medida foi aplicada gerou grandes controvérsias a respeito da constitucionalidade ou não do mecanismo. Sérgio Moro, o juiz federal responsável por muitos dos casos da operação, frequentemente utilizou das prisões preventivas como uma ferramenta para pressionar suspeitos a colaborar com as investigações, usando de um mecanismo institucional de forma excessiva e, em alguns casos ilegalmente, para as detenções.

Com essa capacidade de obtenção de delações, a Lava-Jato foi crescendo em popularidade no país, ao passo que sempre mantinha a grande mídia atualizada das detenções e confissões obtidas pelo grupo. A popularização da operação gerou um grande espetáculo midiático no Brasil, onde não eram raros casos da força-tarefa ocupando os

principais noticiários nacionais. Criava-se assim uma aura de pureza e honestidade nos procuradores, como se esses fossem verdadeiros arautos do combate à corrupção e não tivessem absolutamente nenhuma segunda intenção com o processo. Entretanto, a partir do avanço das prisões foi se tornando explícita certa seletividade nos alvos das operações, na qual os elementos associados ao Partido dos Trabalhadores e de proximidade com Dilma eram prioritariamente atingidos, em comparação com demais partidos e setores políticos do país. Essa seletividade nas prisões gerou uma intrínseca associação da corrupção ao PT e ao governo de Dilma Rousseff, minando sua popularidade e tornando o solo propício para o início do processo de impeachment.

Com a exposição seletiva e a disseminação internacional dos resultados da Operação, ocorreu no Brasil a configuração de um terreno instável para investimentos, visto a grande generalização e consequente repercussão dos casos de corrupção, diminuindo a entrada do capital estrangeiro ao mesmo tempo em que ocorria a degradação das próprias estruturas econômicas internas. A partir da degradação econômica ocorreu, de forma natural, uma enorme perda do apoio popular da ex-presidente, sendo a corrupção e a economia vistos pela população, entre 2015 e 2016, como os principais problemas do país (VEIGA, ROSS, MARTINS, 2019), concomitantemente a isso ocorria o afastamento da sua base de apoio no congresso, em decorrência do aumento das pressões populares contra o governo, isolando-a politicamente, dificultando a governabilidade e facilitando o avanço do processo. Para o historiador Moniz Bandeira:

(...) os EUA aliaram-se com segmentos do empresariado brasileiro, junto com setores do MP, Judiciário e da mídia, para construir no Congresso o caminho para a derrubada de um governo alinhado aos interesses nacionais, colocando em seu lugar um totalmente submisso a Washington, como é o caso do usurpador Temer. (BANDEIRA, 2016, n. p.).

Cabe o destaque também para a forma como Dilma Rousseff desenvolveu sua política interna no país. A então presidente, especialmente durante seu segundo mandato, motivada pelos protestos que se espalharam desde 2013, iniciou uma fase de maior dedicação ao combate à corrupção (CÂMARA, 2015). Com isso, Dilma acabou por criar obstáculos em seus laços com os aliados políticos tradicionais e gerou neles uma necessidade de destituir a presidente de seu cargo. O Brasil é entendido como uma República que historicamente se apoiou em laços econômicos oriundos do favorecimento de determinados setores sociais em detrimento de outros. Acordos políticos, lobby e

práticas viciadas são marcas registradas na história republicana do país, presentes em diversos governos ao longo dos anos. Ao iniciar a perseguição aos setores envolvidos nessas práticas, Dilma demonstrou uma determinação em romper com esse modelo tradicional, mas também provocou uma reação política que contribuiu para sua destituição do cargo presidencial.

Diante disso, o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff teve início em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de impeachment apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal. Esse movimento foi amplamente percebido como politicamente motivado, uma vez que Cunha estava sob investigação por corrupção e buscava uma maneira de desviar a atenção de suas próprias acusações. O processo caminhou no sentido de punir as supostas “pedaladas fiscais” cometidas pela presidente, alegando-se que o seu governo teria manipulado as contas públicas para esconder o déficit fiscal. Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment, com 367 votos a favor e 137 contra.

Em decorrência do seu isolamento político, da crise econômica que assolava o país e do seu afastamento com relação aos setores populares que a elegeram, Dilma perdeu toda e qualquer possibilidade de reorganizar forças internamente visando sua manutenção no cargo. Como consequência, o processo fluiu da maneira que a ocasião desejava, punindo arbitrariamente a presidenta e impedindo-a de seguir com o mandato. Após a Câmara dos Deputados votar a favor do impeachment, o processo avançou para o Senado Federal, onde Dilma enfrentou um julgamento político. Na presente ocasião, a presidente que efetuou sua própria defesa ao responder às perguntas dos senadores, destacou a seletividade do processo e a utilização de um recurso constitucional como mecanismo político, ressaltando todos os avanços sociais e econômicos durante sua gestão. Para além, Dilma expôs de maneira clara e sucinta que o processo como um todo não passava de uma tentativa de seus opositores de minar a democracia. Em agosto do mesmo ano, o Senado Federal votou pela condenação de Dilma pelo crime de responsabilidade fiscal, resultando na sua destituição da presidência. Seu vice-presidente, Michel Temer, que havia ocupado o cargo de presidente interinamente durante o processo, assumiu oficialmente a presidência do Brasil.

A saída de Dilma foi um marco nacional entendido como o fim do período

popular-desenvolvimentista iniciado por Lula em 2002. Apesar da enorme comoção no país a respeito da inconstitucionalidade do processo, na época faltavam evidências decisivas que provassem a seletividade do ato e a intenção persecutória pela qual a operação Lava-Jato guiou suas investigações. As evidências em questão vieram à tona apenas três anos após o ocorrido, em 2019, dentro do grande escândalo conhecido como “Vaza Jato”. A Vaza Jato foi uma grande exposição, por parte do site e grupo jornalístico “The Intercept Brasil”, a partir da quebra do sigilo telefônico do aplicativo de mensagens “Telegram” de Sergio Moro. As mensagens vazadas incluíam diálogos nos quais Moro oferecia orientação e sugestões aos procuradores da Lava Jato sobre como conduzir as investigações e os processos judiciais. Isso levantou questões sobre a imparcialidade do julgamento, já que Moro deveria atuar como um árbitro neutro. Além disso, as conversas sugerem uma cooperação estreita entre os procuradores e o juiz, levando a acusações de parcialidade (INTERCEPT BRASIL, 2019, n. p.)

Com o vazamento das conversas, o debate público em torno da institucionalidade do processo de impeachment foi reavivado, retirando-o de sua aparência de neutralidade e expondo claramente o viés político que permeou a investigação. Apesar do escândalo e da indignação pública, poucas medidas punitivas foram efetivamente tomadas contra os envolvidos, deixando um sentimento de impunidade e falta de prestação de contas ao final do caso.

Recentemente foi reaberto o debate a respeito do caso, motivado principalmente pela re-ascensão de Luís Inácio ao poder, em 2023, e pela necessidade de reparação à petista das imputações que lhe foram dadas durante o julgamento em 2016. A proposta caminha no sentido de remover as punições aplicadas a Dilma, tornando nulas as medidas como a resolução do Senado que julgou procedente a denúncia contra a ex-presidente e impôs a perda do cargo de presidente, as sessões da Câmara e do Senado para a admissibilidade e julgamento do impeachment e todos os atos decisórios e sanções atribuídas nos autos do processo. Segundo o atual presidente em entrevista coletiva na Angola no dia 26 de agosto:

A Justiça Federal em Brasília absolveu a companheira Dilma da acusação da pedalada, a Dilma foi absolvida, e eu agora vou discutir como que a gente vai fazer. Não dá para reparar os direitos políticos, porque se ela quiser voltar para ser presidente, eu quero terminar o meu mandato. (SILVA, 2023, n. p.)

Até o presente momento da escrita desse trabalho pouco foi feito no sentido de reparação aos danos causados à ex-presidente Dilma pelo processo do impeachment. Apesar disso, a manutenção da absolvição em relação aos crimes de “pedaladas fiscais” já denota um respectivo avanço no sentido das equiparações às injustiças cometidas contra a ex-presidente, deixando cada vez mais claro a tendência de tempos melhores e mais justos no futuro.

## **6. O BRASIL APÓS O IMPEACHMENT**

Com a destituição de Dilma Rousseff, ocorreu um realinhamento interno das forças políticas e econômicas no país, tendo como marco do processo a ascensão de Michel Temer ao poder. Temer foi apresentado pelos setores dominantes como o único capaz de frear as investigações em andamento, além de oferecer proteção aos parlamentares que ainda não estavam sob a mira da Operação Lava Jato. Mais do que isso, Temer se posicionou como um agente ativo na promoção das medidas necessárias para o realinhamento do país com os Estados Unidos, anunciando um amplo programa de reformas visando uma maior atratividade para os investimentos estrangeiros.

Referente à possibilidade de intervir nas investigações, a intenção do novo presidente ficou clara a partir do vazamento de uma gravação realizada por um dos donos da JBS, Joesley Batista, revelando uma conversa entre ele e Temer na qual supostamente discutiam a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (GLOBO, 2017). Com isso, Temer se colocava como uma figura que, diferente de Dilma, ainda poderia oferecer um impedimento ao avanço das investigações que ameaçavam figuras importantes do governo e do Congresso. O novo presidente além de garantir sua própria sustentação política, a partir do alargamento da sua base de apoio, ainda aumentava a influência de suas propostas de reforma, estas que foram o maior marco de seu governo.

Diante disso, a ascensão de Temer representa um marco na consolidação do processo intervencionista dos Estados Unidos no Brasil. Após a remoção de Dilma, seu sucessor implementou uma série de mudanças no funcionamento da máquina pública

brasileira, adotando medidas de austeridade fiscal para reequilibrar as contas públicas. Algumas das principais ações englobaram a limitação dos gastos governamentais, reformas estruturais, como a trabalhista, o realinhamento com o setor empresarial e uma abertura maior ao capital estrangeiro.

A respeito das reformas, a reforma trabalhista foi uma das mudanças mais significativas na legislação sobre o trabalho do país em décadas. Sancionada em julho de 2017, a reforma declarava visar a modernização das relações laborais, tendo em vista as constantes reclamações de empresários a respeito do excesso de burocracia para a contratação. Dessa forma, o resultado foi a maior flexibilização dos direitos trabalhistas, com alterações nos acordos e convenções coletivas, ampliação das possibilidades de terceirização, implementação de jornadas de trabalho intermitentes, limitação da indenização por dano moral e a relativas à contribuição sindical. (PLANALTO, 2017)

A Reforma Trabalhista, tal como medidas de abertura econômica, pode ser interpretada como uma das políticas desenvolvidas visando o aumento do apoio diante das classes dominantes, visto que as medidas adotadas favoreciam o empresariado, que em troca defendiam a manutenção do presidente no poder.

O resultado foi que à medida em que os direitos trabalhistas foram diminuídos, as relações assalariadas tornaram-se menos equilibradas, com os assalariados perdendo parte de sua proteção social e jurídica. Como consequência ocorreu o enfraquecimento da capacidade de mobilização dos trabalhadores, enquanto classe, uma vez que direitos historicamente conquistados, como negociações coletivas e estabilidade no emprego sofreram alterações.

Outra significativa reforma proposta, mas que não chegou a ser aprovada no governo Temer, mas seria no governo Bolsonaro (em uma versão piorada segundo entidades sindicais<sup>1</sup>), foi a da previdência, que tinha como objetivo anunciado a redução dos gastos públicos e a resolução do crescente déficit no sistema previdenciário brasileiro. As principais modificações incluíram o aumento da idade mínima para a aposentadoria,

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.cut.org.br/noticias/reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-e-muito-pior-do-que-a-de-temer-fba8>, acesso em 27/10/2023.

regras de transição para aposentadoria gradual, aumento do tempo de contribuição e redução dos valores de pensão por morte. (INSS, 2019)

Assim como a reforma trabalhista, a reforma da previdência fazia parte de um conjunto de medidas apresentadas como destinadas a impulsionar a economia brasileira reduzindo os gastos públicos. Além das “modernizações” em geral, o governo Temer estava focado, principalmente, na reintegração do Brasil ao mercado internacional, apresentando o país como competitivo, alinhado com interesses estrangeiros e altamente confiável para investimentos.

Nesse contexto, uma das mudanças mais substanciais que reflete a realização do processo de abertura é referente às alterações na política da Petrobras. Na estatal, houve uma modificação no regimento dos preços, com a adoção de uma política mais alinhada com o mercado internacional. Sob a gestão de Temer permitiu-se que os preços dos combustíveis variassem de acordo com os preços do petróleo no mercado estrangeiro, gerando um impacto significativo na economia brasileira e na estrutura de poder. Com essa medida, o governo Temer pode oferecer margens de lucro mais altas aos investidores, tornando o setor mais atrativo para empresas de fora, visando à captação maior de recursos externos para o país.

A equiparação de preços com o mercado internacional foi apenas uma das diversas medidas presentes no pacote de mudanças proposto para a estatal. O governo Temer objetivava uma abertura econômica da Petrobras, tal como desejavam os Estados Unidos, permitindo que empresas estrangeiras adquirissem ativos no setor de petróleo brasileiro, ameaçando diretamente a soberania e o controle do país sobre seus próprios recursos.

No que diz respeito à mudança na presidência e às alterações na Petrobras, SOUZA (2018) indicou que nos campos do pré-sal, foco principal do interesse estrangeiro, a Petrobras perdeu o direito à participação mínima de 30% nos consórcios de exploração, e das duas vendas ocorreram bastante críticas, tanto em função da desnacionalização como pelos valores considerados baixos.

De forma geral, com a mudança presidencial decorrente da destituição de Dilma Rousseff e a ascensão de seu vice, Michel Temer, testemunhamos no Brasil a consolidação

da ingerência estadunidense no panorama político brasileiro. Para alcançar esse objetivo, foram implementadas uma série de reformas sob a liderança do novo presidente, com foco na abertura da economia brasileira aos mercados norte-americanos e na desnacionalização da Petrobras. A intencionalidade das mudanças se torna evidente quando comparamos a política externa do governo Dilma, especialmente sua postura em relação aos EUA, com a política externa adotada por Temer, que desenvolveu relações muito mais subservientes e alinhadas com a agenda econômica dos norte-americanos. Além disso, o governo Temer pode oferecer maior proteção política aos setores perseguidos pela Operação Lava Jato, uma vez que o principal objetivo da operação, a destituição de Dilma e a associação da corrupção a partidos progressistas, já havia sido alcançado. O período que se seguiu aos eventos analisados é um resultado direto das ações descritas neste trabalho, com o aumento do conservadorismo e a diminuição do apoio popular aos partidos de esquerda no país.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O intervencionismo estadunidense, como prática recorrente de um Estado imperialista, é visto dentro da perspectiva geográfica como um grande motor de modificação na geopolítica internacional. A partir dele ocorrem as subordinações políticas, com o solapamento das soberanias nacionais e as aberturas econômicas, e são aprofundados os laços de dependência, acentuando a divisão internacional do trabalho e estabelecendo de forma artificial o papel de cada nação dentro dos laços globalizados do novo mundo.

Diante disso, o caso brasileiro é mais uma das diversas ingerências empreendidas por governos norte-americanos na América Latina. A partir de uma sequência de governos desenvolvimentistas, marcados pelas modificações desenvolvidas por Luiz Inácio Lula da Silva e sua herdeira política, Dilma Rousseff, o Brasil se afastou da bipolaridade/unipolaridade estadunidense e por mais de uma década estabeleceu a multipolaridade como fundamento basilar de suas relações internacionais.

Especificamente, durante o segundo governo Dilma (2014 - 2016), ocorreu uma acentuação do afastamento do raio de influência norte-americano, marcado pelo escândalo dos vazamentos de Edward Snowden a respeito da espionagem estadunidense sobre a presidente e a Petrobras. Apesar de emblemático, o caso dos vazamentos foi apenas a ponta

do iceberg do planejamento intervencionista no Brasil, visto que desde 2014 já se iniciava o processo de realinhamento brasileiro aos EUA. O realinhamento se deu de forma indireta, com toda a descrição necessária a atual fase do novo imperialismo, e a partir do treinamento de juristas e promotores brasileiros, respaldados legalmente pelo Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), foi dado início a Operação Lava-Jato

A Lava-jato guiou suas investigações de forma persecutória, isolando as lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), e a partir das mais diversas formas coercitivas, promoveu uma “caça às bruxas” no país, associando de forma isolada a corrupção como natural e recorrente dos partidos progressistas.

Como consequência, Dilma Rousseff perde sua base de apoio, isolando-se politicamente, e dando margem para a abertura do processo de impeachment. Com a retirada da presidente assume seu vice, Michel Temer, uma figura emblemática na política nacional. Temer se compromete com a execução de reformas econômicas, prometendo uma maior dinamização da economia e atração de capital estrangeiro para o país, além disso dá início ao processo de abertura dos ativos econômicos da Petrobras objetivando a desnacionalização da exploração do Pré-sal brasileiro.

Por fim, o panorama que sucede o processo de impeachment é o do realinhamento brasileiro aos Estados Unidos, marcado pela retomada das políticas neoliberais de contingenciamento de gastos públicos, pelas aberturas econômicas e principalmente pelo processo de venda de ativos financeiros da Petrobras no mercado internacional.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALBANUS, A. P. F.. "Continuar não é repetir": a política externa dos governos Lula e Dilma em perspectiva comparada. 2015. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, 4(1), 1–12.

AMIN, Samir. A Dependency Pioneer. 2017. In Kufakurinani, U., Kvangraven, I., Styve, M. D., & Santanta, F.. Dialogues on Development. Volume 1: Dependency.

AMIN, S. Au-delà du capitalisme sénile: pour un XXI<sup>e</sup> siècle non-américain. 2002. Presses Universitaires de France-PUF.

BBC Brasil. EUA espionaram Petrobras, dizem papeis vazados por Snowden. 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908\\_eua\\_snowden\\_petrobras\\_dilma\\_mm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm)>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BBC BRASIL. PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303\\_pib\\_2010\\_rp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp)>. Acesso em : 20 ago. 2022.

BANDEIRA, M. Danos causados pela Lava Jato à economia brasileira já superam em muito o custo da corrupção. 2016. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/moniz-bandeira-o-estado-brasileiro-parece-desintegrar-se-nem-na-ditadura-militar-a-pf-invadiu-o-congresso.html>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2017. [S. l.: s. n.]. 431 p

BERRINGER, T., & Belasques, B. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. 2020. Carta Internacional, 15(3).

BERRINGER, T. Política externa, burguesia interna e a crise política nos governos Dilma (2011-2016). 2023. Conjuntura Austral, 14(67), 44–56.

BOITO, A. Lava-jato, classe média e burocracia de Estado. 2017. Revista Lumen - v. 2, n. 3, 2 out. 2017.

BUGIATO, C.. A arte de derrubar governos. 2022. A terra é redonda. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-arte-de-derrubar-governos/>>.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Dilma envia ao Congresso pacote com medidas de combate à corrupção no país. Brasília, Rádio Câmara, 19/03/2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/453179-dilma-envia-ao-congresso-pacote-com-medidas-de-combate-a-corruptao-no-pais/>. Acesso em 15 out 2023.

CHOMSKY, Noam. Towards a New Cold War. 1982. [s.l.] Pantheon.

CORNETET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. 2014. Conjuntura Austral, 5(24), 111–150.

FAO. 2014 | FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. 2014. Disponível em: <[https://www.fao.org/news/archive/news-by-date/2014/pt/?page=2&ipp=10&tx\\_dynalist\\_pi1%5Bpar%5D=YToxOntzOjE6IkwiO3M6MToiMil7fQ%3D%3D](https://www.fao.org/news/archive/news-by-date/2014/pt/?page=2&ipp=10&tx_dynalist_pi1%5Bpar%5D=YToxOntzOjE6IkwiO3M6MToiMil7fQ%3D%3D)>. Acesso em: 31 out. 2023.

FERNANDES, L. E. Ofensiva Imperialista e Políticas Públicas Anticorrupção no Brasil. 2019. Entropia, [s. l.], v. 3, ed. 6, p. 180 - 199, 2019.

FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. 1995. In Fiori, J. L. Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro, Insight.

G1. Dono da JBS gravou Temer dando aval para comprar silêncio de Cunha, diz jornal. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/dono-da-jbs-gravou-temer-dando-autorizacao-para-comprar-silencio-de-cunha-diz-jornal.ghtml>>. Acesso em: 31 out. 2023

G1. Veja a cronologia do conflito entre EUA e Irã. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/04/veja-a-cronologia-do-conflito-entre-eua-e-ira.ghtml>>. Acesso em: 31 out. 2023.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Empire. 2000. Cambridge, Cambridge University Press..

HARVEY. David. O Novo Imperialismo. 2004. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

IBGE. IBGE | Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. Confira as principais mudanças da Nova Previdência. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>>.

INTERCEPT BRASIL. Tudo sobre as mensagens secretas da Lava Jato. 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/>>.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. Novos Estudos - CEBRAP, v. 37, n. 1, p. 5–13, jun. 2017.

LINHARES, G. G., João Felipe. Chats mostram que Sergio Moro também direcionava ações da Polícia Federal na Lava Jato. 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/10/19/sergio-moro-policia-federal-lava-jato/>>. Acesso em: 31 out. 2023.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. 2013. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 216.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Normativa Unasul. 2008. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes\\_internacionais/unasul/](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/)>. Acesso em: 31 out. 2023.

PLANALTO, LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. 2017. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)>.

PECEQUILO, C. S. AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2011-2014. 2022. AUSTRAL: Revista Brasileira De Estratégia E Relações Internacionais, 3(6).

PEREIRA, Paulo Celso. “Continuar não é repetir”. 2011. Revista Veja, 2199 ed., a.44, n.2, pp.17-21, 12 jan.

PETROBRAS. Há 70 anos o Brasil é a nossa energia. Documento disponível em <https://nossaenergia.petrobras.com.br/>. Acesso em 15 out 2023.

SAES, D. A. M. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. 2007. In Nogueira, F. M. G.; & Rizotto, M. L. (orgs). Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil. Editora Xamã.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. 1995. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11 a 50.

SHARP, Gene. Da ditadura à democracia: o caminho para a libertação. 2015. Tradução de Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta da China.

SILVA, L.I.L. Discurso de posse do primeiro mandato. 2003. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>>. Acesso em : 20 out. 2023

SILVA, L.I.L. Pedaladas fiscais: o que TRF-1 decidiu no caso de Dilma. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o>>. Acesso em: 31 out. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. Uma diplomacia multidimensional: As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010). 2011. In: Simpósio Nacional de História, 26, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, jul.

SOUZA, Angelita Matos. Novíssima dependência e desenvolvimentismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). 2018. História e Economia Revista Interdisciplinar, [s. l.].

SOUZA, Angelita. Matos. Dependência e governos do PT. 2021. Editora Appris.

SUL 21. ex agente duplo conta como a CIA promove ‘guerras não violentas’ para implodir governos. Sul 21 , 2 nov. 2015. Disponível em:  
<<https://sul21.com.br/breaking-newsentrevistas/2015/11/ex-agente-duplo-counta-como-a-cia-promove-guerras-nao-violentas-para-implodir-governos/>>. Acesso em : 22 ago. 2022.

STIGLITZ, J. E. A globalização e seus malefícios. [s.l: s.n.]. 2002.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. Lava Jato: guerra híbrida, lawfare e ataque à democracia no Brasil. Sul Global. 2022. [s. l.], v. 3, n. 2, p. 137 -151, 2022. Disponível em:  
<<https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/45790>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

VEIGA, L. F.; DUTT-ROSS, S.; MARTINS, F. B. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. 2019. Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 72.